



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO** Número /XV (.ª)
- PERGUNTA** Número /XV (.ª)

Assunto: Situação de incerteza dos trabalhadores do GMG após ameaça de despedimento coletivo

Destinatário: Ministério da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Global Media Group (GMG) anunciou a vários representantes dos trabalhadores a intenção de despedir cerca de 150 trabalhadores, 40 no Jornal de Notícias, 30 na TSF e 56 nos serviços partilhados do Grupo. Este anúncio soma-se a um outro, que já se encontra em curso, referente ao despedimento de 12 trabalhadores da TVI. Num universo de 500 trabalhadores que integram o GMG, estes despedimentos correspondem a uma redução de cerca de ¼ dos trabalhadores do Grupo.

As estruturas representativas dos trabalhadores têm denunciado amplamente esta conduta inaceitável da empresa e solicitado reuniões, designadamente com o Governo e com o Presidente da República.

Conforme se pode ler no comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT), segundo a nova Administração do GMG, a justificação para este despedimento coletivo deve-se a “uma situação particularmente difícil, que tudo está em aberto”.

O Sindicato dos Jornalistas tornou público que não obteve qualquer resposta da Administração a um pedido de reunião efetuado no dia 20 de novembro de 2023. Acrescentou ainda, em declarações à comunicação social, que “o GMG planeia despedir jornalistas e outros quadros da empresa” e alienar “duas revistas, que constituíam mais-valias para o grupo, a “Evasões” e a “Volta ao Mundo”, sem prestar qualquer informação.”.

O GMG, no seguimento de um processo de reestruturação acionista, é agora controlado pelo fundo World Opportunity Fund, um fundo de investimento, sediado nas Bahamas, cujo capital se desconhece. O processo de reestruturação foi concretizado através da venda da maioria do capital da empresa Páginas Civilizadas, que controla a Global Media, cessando Marco Galinha as funções de presidente da Comissão Executiva.

A gestão de grupos de comunicação social em Portugal por fundos de investimento tem consequências diretas na vida profissional e familiar dos trabalhadores. Exemplo disso, foi o despedimento coletivo no Jornal “A Bola”, após ter sido comprado pelo fundo de investimento Ringier Sports Media Group, e que está a ser contestado em tribunal, com decisões favoráveis aos trabalhadores, ou o que está a acontecer agora no GMG, como consequência da reestruturação. A ameaça de despedimentos é inaceitável e exige-se uma resposta célere, por parte do Governo.

Importa acrescentar que o Estado, através da DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, detém 50,15% da Lusa, com a Global Media a ser detentora de 23,36% e a Páginas Civilizadas 22,35%. O fundo suíço Union Capital Group (UCAP Group) controla a maioria (51%) do capital da Páginas Civilizadas, a qual detém 41,5% da GMG. Através de declarações do à data Presidente Executivo do GMG, Marco Galinha, a venda das participações do Grupo relativas à Lusa estavam bem encaminhadas. Por sua vez, o Ministro da Cultura, no âmbito da especialidade do Orçamento do



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estado para 2024, afirmou que era “do interesse estratégico para o país que a operação se possa concretizar, com duas ou três condicionantes.”.

A situação de incerteza em que encontram cerca de 150 trabalhadores é intolerável. Esta decisão afetará profundamente a sua situação profissional e familiar, num momento em que temos vindo a assistir a um aumento significativo do custo de vida, nos bens essenciais, na habitação. O Governo tem responsabilidades diretas nesta matéria e tem de assegurar que estes trabalhadores não perdem os seus postos de trabalho, quando já se encontravam há vários anos numa situação de estagnação, no que diz respeito aos seus salários e às suas carreiras.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Que medidas de acompanhamento estão a ser tomadas pelo Governo para evitar a perda de 150 postos de trabalho que estão a ser ameaçados por um eventual despedimento coletivo que foi anunciado pela nova Administração do GMG?
2. Tem o Governo conhecimento da situação económica em que se encontra o GMG? De que forma é que esta pode colocar em causa a situação profissional e os postos de trabalho de outros trabalhadores do GMG? Que medidas está o Governo disponível para adotar no sentido de preservar os direitos dos trabalhadores e os postos de trabalho?
3. Qual é o ponto de situação da aquisição das participações sociais referentes à Lusa por parte do Estado ao GMG? Que influência têm, ou poderão ter, as alterações ocorridas nos quadros societários do GMG? Qual o prazo definido para conclusão do negócio? Qual o valor?

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2023.

A deputada e o deputado,

Joana Mortágua,

José Soeiro